

ATA N.º2/2018
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 26 DE MARÇO DE 2018

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória da sua Presidente, de vinte e um de março do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Apresentação e apreciação do Relatório de Avaliação Financeira dos Exercícios de 2015/2016/2017;

Ponto 2 – Apresentação da nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais.

A Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, cumprimentando o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Auditores, os Concidadãos presentes que de livre e espontânea vontade, quiseram estar presentes para honrar este órgão deliberativo, e a comunicação social.

Informou da substituição do Presidente de Junta de Soutelo do Douro, o Senhor Jorge Silva, pela Senhora Mónica Freixo.

De seguida, passou a palavra ao primeiro secretário para proceder à chamada. O Senhor Luís Paíga cumprimentou os presentes, iniciou a chamada dos membros, tendo-se notado as ausências justificadas das Senhoras Marcolina Sequeira e Rosa Teixeira e dos Senhores Joaquim Carvalho e José Fernando dos Santos.

A Senhora Presidente da Assembleia informou que em sessão extraordinária apenas podiam pronunciar-se quanto aos assuntos expressamente para os quais foram convocados.

Ponto 1 – Apresentação e apreciação do Relatório de Avaliação Financeira dos Exercícios de 2015/2016/2017;

A Senhora Presidente da Assembleia iniciou o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes. Como já era do conhecimento de todos, desde o início do mandato, achou pertinente fazer uma avaliação externa, quer financeira, quer organizacional. Convidou os auditores externos a estarem presentes, a fim de responderem a dúvidas mais técnicas. Verificou-se a existência de situações irregulares e ilegais passíveis de responsabilizar quem as autorizou civil e criminalmente. Identificando todas as situações, o documento permitiu conhecer um pouco melhor o funcionamento da Câmara e as relações com as outras instituições. Afirmou que se existirem

dúvidas, as esclareceria e os Senhores auditores também ali estavam para responder às questões mais técnicas. Fez um resumo do documento. Quanto à questão do pessoal existe um número elevadíssimo de recursos de pessoal a recibo verdes. Houve uma suborçamentação brutal relativamente à verba dos orçamentos dos anos anteriores, nomeadamente 2017, destinada ao pagamento deste pessoal. Previram-se gastos de duzentos e setenta e quatro mil euros, quando na verdade foram despendidos quinhentos e noventa mil euros. Verificou-se que a grande maioria dos contratados a recibos verdes não estão fundamentados, o que é uma obrigação legal. Foram celebrados contratos nos dois ou três dias anteriores às eleições. Muitos trabalhadores recebiam horas extraordinárias sem que estas estejam previamente autorizadas. Ao longo do relatório, verifica-se despesa fracionada, ou seja, uma empresa presta um serviço de duzentos ou trezentos mil euros, quando o limite máximo é de setenta e cinco mil euros. Fracionou-se a despesa para que a mesma pudesse ser adjudicada à mesma empresa, evitando submeter o concurso às regras normais e evitando também um convite a mais de uma entidade. No que respeita às águas, o Município, em tempos, entendeu não pagar todo o consumo da água. A dívida foi aumentando e, desde 2009, é de aproximadamente quatro milhões de euros. Verificaram-se vários pontos de consumo de água não cobrados, com ou sem contadores, como IPSS, Juntas e fontanários. Estão a colocar-se contadores e, mesmo continuando a fornecer água às IPSS e às Juntas, estão a pensar estabelecer um limite máximo. Quanto às dívidas dos munícipes, já começaram a receber os pagamentos em atraso. Após as eleições, reuniu com o antigo Presidente da Câmara e perguntou-lhe se havia alguma questão mais importante, que quisesse dar conhecimento, foi-lhe dito que não, apenas lhe falou de um protocolo existente entre a Refer e a Ferradosa, em relação à aquisição de um terreno. Na sequência da organização do seu escritório, encontrou um documento de infraestruturas das Águas do Norte. Quando reuniu a segunda vez com as Águas do Norte, foi-lhe dada a opção da dívida ser paga a vinte e cinco anos. Dos Municípios que devem às Águas do Norte, por exemplo Peso da Régua não vai pagar a sua dívida, pois existe uma compensação das infraestruturas concedidas. Assim sendo as Águas do Norte também devem ao Município de S. João da Pesqueira.

Conseguiram reduzir, em termos monetários, vários acordos existentes, dando o exemplo da IPSS de Riodades. Renegociaram uns, cessaram outros e o serviço decorre normalmente. Havia uma desorganização relativamente a protocolos e contratos. Quanto aos contratos, estavam a fazer pagamentos ilegais. Existe uma total desigualdade entre IPSS, a Câmara paga dez euros por mês a cada criança às duas instituições, Pesqueiramiga e ALTIED. Nos Centros Escolares, a Câmara paga as refeições das crianças, o dinheiro pago pelos pais é devolvido à Câmara. Não acontece o mesmo com a IPSS Pesqueiramiga, o dinheiro das refeições pago pelos pais não é devolvido. Para além disso, esta instituição está a usar três salas, propriedade da Câmara, sem retribuição. Foi-se apercebendo de dívidas existentes sem contrato, nem adjudicação. Ficou surpreso quando rececionou um email de um arquiteto a solicitar seis mil e setecentos e noventa e um euros relativamente à ARU- áreas regeneração urbana. Ainda mais surpreso

ficou quando viu a data, seis de outubro de dois mil e dezassete, ou seja, posterior às eleições, o que considera ilegal.

A empresa Mateus & Sequeira pediu sessenta e quatro mil euros por uma suposta obra sinalizada. Um caminho em Vilarouco com ligação a Vale de Vila. O antigo Presidente da Câmara, Senhor José Tulha, disse em Assembleia que a obra estaria a cargo dessa empresa a custo zero para a Câmara.

A Lopes & Irmãos está a pedir quase quinhentos mil euros, relativos a obras feitas ao longo dos anos, sem qualquer tipo de documentação, adjudicação, cabimentação nem contrato normal.

À Associação Vale Douro Sul, existe outra dívida não refletida, trinta e oito mil euros. Esta terá de ser assumida, pois é referente a quotas e a um projeto de dois mil e seis. Conclui, com alguma inquietação, que se tiverem de pagar estas irregularidades, além da dívida atual, sete milhões e seiscentos mil euros, terá de acrescentar aproximadamente mais oitocentos e trinta e três mil euros. Perante a situação catastrófica pretendia ouvir a opinião da Assembleia. Havendo dúvidas, a Doutora Célia e o Doutor Miguel Anaia esclareceriam-nas.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a discussão, feitas as inscrições, passou a palavra ao primeiro interveniente, o Senhor Eduardo Frederico.

O Senhor Eduardo Frederico cumprimentou a mesa da Assembleia Municipal, o Executivo, os colegas deputados municipais e o digníssimo público. Concorde com a atuação do Executivo, ter executado uma auditoria externa, dados os resultados da mesma. Existem inúmeras situações em não conformidade, procedimentos ilegais. Considerou o relatório como tudo o que não deve ser feito numa instituição. O atual Executivo terá a tarefa de corrigir os erros cometidos pelo anterior, não será tarefa fácil, mas vão conseguir com rigor e determinação. As inúmeras situações do relatório não são nada abonatórias para quem participou no Executivo camarário, mas igualmente pouco abonatórias para os técnicos camarários com responsabilidades nas áreas dos aprovisionamentos, da contratação, dos serviços de pessoal, de apoio jurídico bem como do controlo orçamental. Basta uma leitura superficial do relatório para se aperceber das irregularidades cometidas a todos os níveis, quer de informação, decisão e de controlo. Uma gestão descoordenada, sem critérios nem liderança, negligente e ferida de inúmeras ilegalidades, designadamente referentes ao cumprimento do código da contratação pública, com violação sistemática dos princípios da economia, da eficiência e eficácia previstos na legislação aplicável. Ao Executivo competirá adotar as suas recomendações, sem prejuízo do acionamento que considerar mais conveniente, perante os factos evidenciados dos procedimentos de responsabilização que o cumprimento da legislação implica.

Passada a palavra ao Senhor Francisco Pereira, este cumprimentou os presentes. Achou o documento de grande importância, um instrumento de trabalho para o futuro. Preocupa-o a dívida às águas, o relatório faz referência de que a dívida não estava refletida e não entende porquê, pois a Câmara sempre teve contabilidade e ROC.

O Senhor Fernando Pereira interveio, seguidamente, cumprimentando a Mesa, o Executivo, Deputados, Público e Auditores. Começou por referir que o documento era demasiado preocupante. Num passado recente, o ROC fazia reserva às contas. Demonstraram a ocultação de informação, existiu uma subvalorização da despesa e uma sobrevalorização da receita, para que se chegasse a estes resultados. Considerou uma falta de capacidade de liderança, havendo falhas graves de quem a executava. A Câmara tem um ROC e a dívida às Águas não está refletida. Questionou o trabalho do ROC durante estes anos. Em relação ao caminho do Vilarouco, falado numa Assembleia, foi dito que a Câmara não tinha rigorosamente nada a ver, questionado diversas vezes, mas infelizmente o modus operandi era constante. Em inúmeras Assembleias, falou-se do número excessivo de funcionários, afinal não houve o devido enquadramento. Será um desafio para o novo Executivo contratar pessoas com as devidas habilitações, capacidades e interesses pela causa pública.

O Senhor Vítor Tomé, no uso da palavra, cumprimentou os presentes, disse ter lido o documento no próprio dia, demonstrou uma certa curiosidade. Questionou o Senhor Presidente de que forma irá usar o documento. A anterior gestão cometeu ilegalidades enormes, alguns até casos de polícia. Há casos, em Portugal, não tão gravosos quanto estes e, no entanto, foram para Tribunal, as pessoas devem pagar por aquilo que fazem. Não ficou surpreendido com o pessoal a mais, mais grave ainda, as horas extras. Como era possível haver pessoal a mais e ainda fazerem horas extras. Questionou os Auditores quanto às candidaturas desde mil novecentos e noventa e cinco que totalizaram um montante de dezassete milhões de euros. Questionou se o dinheiro chegou na sua totalidade ou apenas se teve acesso aos dois milhões e meio refletidos no documento. Questionou se a água para os bombeiros é de graça, pois seria mais fácil para eles encherem o autotanque no edifício, do que ir enchê-lo a outro lado qualquer. Assim as pessoas não têm a noção de poupança. As IPSS têm uma boa situação financeira, declarou que, na sua opinião, o Senhor Presidente procedia de forma correta, cortando em algumas situações. No Centro Escolar, não percebe onde começa a Pesqueiramiga e quem são os seus funcionários, se esta não restitui o dinheiro, deveria pagar todo o montante atrasado, pois as IPSS deveriam ser todas iguais.

O Senhor Adelino Lopes cumprimentou os presentes. Disse que o documento demonstrava uma desorganização total, com responsabilidades a vários níveis. Se existe algo ilícito deverá ser apurado. Não percebe, quanto à empresa Lopes & Irmão que executou vinte e tal caminhos e a Câmara deve-lhe meio milhão de euros, porque a dívida não está reconhecida. Questionou se o Senhor Mateus ofereceu o caminho à Câmara. Interrogou os Senhores Auditores quanto à dívida aos Bombeiros. Como Presidente da Assembleia da IPSS Pesqueiramiga, irá inteirar-se da situação.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou a mesa, o Executivo, colegas deputados, público e Auditores. Nada no relatório o espantou, foram quatro anos de batalha, em todas as Assembleias houve omissão de dados. Muita das Assembleias pediu informações, todas elas negadas. Concluiu dizendo que as

5
"pessoas candidatam-se a cargos públicos para usufruírem dos impostos e depois ficam a rir-se".

O Senhor José Vilas Boas cumprimentou os presentes e concordou com o Senhor Sebastião Mesquita, pois nada o espantou no documento. Verificou a existência das discrepâncias de freguesia para freguesia. Em duas freguesias foram gastos cerca de duzentos mil euros, no entanto na sua freguesia gastaram uns míseros centimos. Pediu ao Senhor Presidente para beneficiar as freguesias que não foram contempladas com obras. O anterior Executivo fez obras, ficou a devê-las, não existiu adjudicação, as obras não cumpriram os procedimentos legais, concluiu referindo que o Município andou à deriva nestes últimos anos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a água fornecida aos bombeiros e IPSS é gratuita, revelando os gastos das mesmas. Quanto aos serviços prestados e sem contratação, não está em condições de dizer se serão pagos ou não, mas não pode confiar em dívidas que não obedeceram aos procedimentos legais. Informou que não irá conseguir acabar com as horas extra na totalidade, principalmente com aquelas que se prendem com os serviços de transporte.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra aos Senhores Auditores para que pudessem esclarecer os membros sobre as questões apresentadas.

A Doutora Célia Custódio cumprimentou os presentes, começou por afirmar que a contabilidade "é muitas vezes o departamento regularizador do que aparece". Muitas das situações não estão corretas, porque não foram corretamente efetuadas desde o seu início. Quanto ao ROC e quanto ao facto de este não ter reconhecido a dívida, comunicou que a mesma estava refletida patrimonialmente, ou seja, no balanço da Câmara, não surge a nível orçamental. Como o Município não tem dotação orçamental nas águas, não se podem comprometer essas faturas. É uma falha grave a nível orçamental. Em relação aos fundos comunitários, esses valores são reconhecidos. O valor dos fundos comunitários manifestos no balanço são efetivamente os dois milhões, valor que considerou muito baixo. Conhece a realidade dos Municípios, sabe que muitas das infraestruturas foram objeto de financiamento, partindo daí executaram o trabalho de levantamento desde mil novecentos e noventa e cinco até à data, para saber quais as candidaturas apresentadas pelo Município e quais os níveis de participação. O resultado dessa pesquisa contabilizou os dezassete milhões de euros. Não sabe se o Município os recebeu, pois isso não estava inserido no âmbito do trabalho realizado, além disso, tiveram de analisar cada conta de gerência, uma a uma, e a política de reconhecimento na altura era diferente da atual. Quanto à dívida aos Bombeiros, o Município tem um Regulamento, atribuindo determinadas verbas às Associações Humanitárias de Bombeiros, mediante a apresentação de candidaturas. Esta Associação veio reivindicar aproximadamente trezentos e vinte e cinco mil euros, desde dois mil e dez, mas a Câmara não possui qualquer evidência de candidaturas apresentadas. O Município tem agora que apurar se o investimento ocorreu ou não, para poder reconhecer a dívida, até porque o Município dá aos Bombeiros quinze mil euros sem precisar de investimento.

A Senhora Presidente da Assembleia questionou se mais alguém queria intervir. Passada a palavra ao Senhor Fernando Pereira, este referiu que o ROC teve conhecimento da dívida às Águas e não a reconheceu, sendo sempre ocultada à Assembleia Municipal. A responsabilidade não é só de quem manda, é também de quem executa, se quem executou não estava em concordância com as ordens obtidas, tinha obrigação de alertar as entidades competentes. O Senhor Vítor Tomé referiu achar melhor pensarem na questão da água cedida aos Bombeiros, pois havendo outra forma que não passasse por encher os tanques no edifício, teria de ser considerada. Na questão da Pesqueir amiga é a única instituição a prejudicar o Município. No que respeita à contratação pública, "o Município teve culpa, o anterior Executivo teve culpa, no entanto as empresas também agiram ilegalmente e deviam ser punidas por isso" Questionou os Auditores se teria sido possível haver desvio de dinheiro ou não, dos dezassete milhões de euros.

Ponto 2 – Apresentação da nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara demonstrou a sua vontade em manter o mesmo número de divisões, três. Propõem fundir as obras públicas às obras particulares e criar uma nova divisão de desenvolvimento económico e social, sendo que esta área social estava desprotegida. Pretende apostar nesta divisão para o desenvolvimento do concelho. O Doutor Miguel Anaia participou na construção do novo organograma, havendo dúvidas estará disponível para as esclarecer.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu inscrições para discussão desta matéria, passando a palavra ao primeiro interveniente.

O Senhor Eduardo Frederico solicitou as estratégias para esta nova organização de serviços.

O Senhor Vítor Tomé questionou se será preciso mais pessoal ou se o que existente começará a fazer o seu trabalho devidamente. Interrogou se havia planos para a nova divisão, concorda dado que todas as Câmaras possuem a divisão de desenvolvimento social.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que cederia uma cópia do regulamento da organização dos serviços se os membros o solicitassem. Este regulamento define as competências de todos os serviços. Pretende reorganizar os serviços, os colaboradores e, se necessário, proceder-se-á à contratação de indivíduos qualificados para determinadas funções.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra aos Senhores Auditores.

O Doutor Miguel Anaia esclareceu que o Executivo tinha a ideia de criar a nova divisão, nesse sentido necessitou de arranjar espaço para ela, pois é legítimo que exista. Garantiu que esse trabalho foi fácil, agradeceu aos Serviços Administrativos da Câmara que foram extremamente diligentes no tratamento. Dada a dimensão do Município, não havia justificação para as obras municipais e particulares estarem separadas, daí a junção. A nova divisão de

desenvolvimento económico e social vai fazer com que o concelho se desenvolva a nível económico e social. Dar resposta imediata a qualquer situação que surja. Desenvolver o empreendedorismo criando acessos a fundos de uma forma mais célere. Permitirá o crescimento do concelho e melhor qualidade de vida dos munícipes. Na reorganização, vão aproveitar-se as sinergias, o material humano ao seu dispor. Para situações mais específicas, será preciso contratar um ou outro indivíduo mais adequado a uma função. Existe um número muito elevado de trabalhadores a recibos verdes, importa acautelar esta situação, tendo em conta que existe uma lei que obriga a integração de precários. É necessário criar equilíbrio para que a Câmara não permaneça assoberbada de custos.

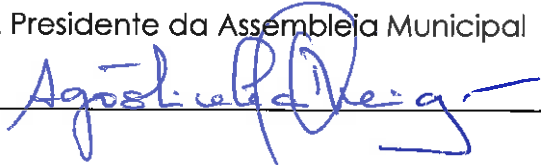
A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Doutor Miguel Anaia.

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para informar que a organização do pessoal ainda não está concluída, vai contar com a ajuda do Doutor Miguel Anaia, especialista na área. Vai contratar pessoas qualificadas para determinadas funções. Existem muitos recibos verdes e questionou se seria possível integrá-los todos. A situação é complicada, é pesada, pois não carece de todos eles, no entanto a questão social, da família e do emprego pesa. É uma matéria muito delicada, mas qualquer decisão que tome trará à Assembleia como tem vindo a fazer.

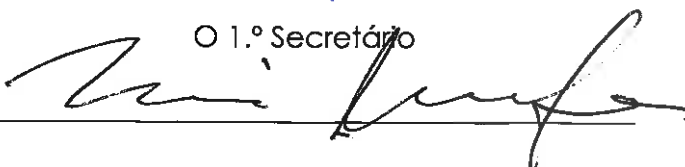
ENCERRAMENTO:

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezasseis horas, agradecendo a presença de todos e desejando uma feliz Páscoa. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

A Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário



O 2.º Secretário

